

DEUS, PÁTRIA E LIBERDADE: ESTUDOS SOBRE O PARTIDO CATÓLICO EM GOIÁS – (1890-1909)

Ireni Soares da Mota¹

A estrutura social, econômica e política praticamente não sofreu alterações com o advento republicano no Estado de Goiás. A base do poder local continuou a ser o setor agrário, que formou a organização coronelística no período. Para Silva (2009, p. 13), a Igreja brasileira, na segunda metade do século XIX, adotou a linha denominada de ultramontana.² Tal adoção significou “a execução de um projeto católico que teve por objetivo principal lutar contra a aprovação das propostas liberais no parlamento brasileiro e, assim preservar o domínio da Igreja”.

Nesse contexto ocorreu a fundação do Partido Católico em Goiás, no dia 20 de julho de 1890. Para as eleições de 15 de setembro do mesmo ano, o partido lança candidatos para senadores e deputados. A “vergonhosa” derrota será justificada pelas fraudes nas eleições.

O deputado Sebastião Fleury liderava, no Estado, um pequeno grupo político dissidente do Centro Republicano. Uniu-se ele, em 1891, ao Partido Católico formando o Partido Republicano Federal em oposição ao Partido Republicano Democrata dos Bulhões. Apoiados por Deodoro ganha as 24 vagas à Constituinte do Estado nas eleições de 15 de setembro de 1891.

Em sua condição de vencedor, tentou promulgar uma Constituição Estadual para substituir a que os Bulhões haviam promulgado. No entanto a renúncia de Deodoro e a ascensão dos Bulhões com o “golpe florianista” de Braz Abrantes, frustrou a ação do Partido Republicano Federal.

¹ Mestranda no curso de pós-graduação em História na PUC Goiás. Email: irenimota@hotmail.com.

² “Linha religiosa que referendava as diretrizes já colocadas pelo papa no *Syllabus* (Catálogo dos erros modernos) e na encíclica *Quanta Cura* (1864). Esses documentos condenavam as teses liberais com todos os princípios instituidores de uma nova ordem política, social e econômica para o mundo, naquele instante, considerado “moderno” (SILVA: 2009, p. 14).

No ano seguinte, a facção Fleury-Jardim – juntamente com João Bonifácio e outros – separa-se do Partido Católico e se nomeia Partido Autonomista.

Segundo Miguel Archângelo (1984), consolidava-se dessa forma tanto na esfera federal como na esfera estadual, uma situação “anticlerical”, com constituintes laicais, a despeito dos esforços em contrário através da criação de um partido católico.

Nas batalhas eleitorais o Partido Católico só obteve êxitos quando aliado a outras agremiações. Estudos mostram que no período em questão era praticamente impossível um partido de oposição conseguir vitórias.

Autores como: Riolando Azzi, Maria Augusta Moraes, Miguel Archângelo, partilham da ideia de que o partido tinha como objetivo salvar os interesses religiosos e o problema da manutenção do clero, do culto e das instituições eclesásticas, devido à supressão dos subsídios governamentais. Sem deixarmos de concordar com a linha de pensamento de tais pesquisadores, propomos uma abordagem no campo das representações. Tentando “captar” quais eram as representações que os componentes do partido faziam da sociedade. Considerando, na perspectiva de Chartier, que as lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas políticas e sociais. Aprofundemos este enfoque sobre o Partido Católico.

1 – Uma introdução teórico-metodológica

Para as pesquisas no campo da religião e da política torna-se relevante uma abordagem com elementos teóricos referenciais da História Cultural. Segundo Pesavento (2008, p.75), esta vertente não exclui a política, pelo contrário, “é um campo que tem demonstrado ser um dos mais ricos para o estudo das representações”. O mesmo ocorre com a religião, que em Durkheim (1996) expressa o mundo social, e existe como a própria sociedade, enquanto um “sistema de força”.

Quando estudamos as religiões, as filosofias, as ciências, a história da Igreja, precisamos tomar o máximo de cuidado de não “reduzi-las aos nossos estreitos pontos de vista, acabando como cegos tateando um fenômeno ou uma instituição complexa e julgando-a como simples” (MARQUES: 2005, p.7).

Nesse sentido, entendemos que, “o conhecimento histórico enquanto é construído não pode ser desligado do contexto histórico concreto em que ocorre” (ARAÚJO: 1986, p.12). O conhecimento histórico não se faz sem o sentido cultural que está em circulação. Tanto a religião quanto a política, devem ser abordadas como componentes inserido em vários tempos e, assim, mesclado à problemática cultural.

Pierre Bourdieu (1998, p. 11), apoiado em categorias weberianas, considera a cultura e seus sistemas simbólicos em geral, como um instrumento de poder. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra, dando o “reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam” e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”. Nas relações estão presentes, tanto a dominação como a resistência, tanto os conflitos como os conformismos, como também a possibilidade de transformações sociais.

A presença da Igreja na política tem sido marcante. Os vários estudos relacionados a essa temática nos permitem dizer que no decorrer da história brasileira essa presença foi marcada ora pelo confronto direto e pela luta; ora pela indiferença. Cabe aqui utilizarmos o pensamento de Mainwaring (1989, p. 9-10), ao afirmar que a Igreja foi e continua sendo “uma instituição altamente complexa e heterogênea, e que as forças conservadoras têm se reafirmado em anos recentes”. Para o autor, apesar de novas propostas terem emergido dentro da Igreja, as ideias antigas ainda revelam marcante resistência.

O estudo que pretendemos realizar sobre o Partido Católico goiano percorrerá um desses períodos “turbulentos” na história da Igreja em Goiás. Para o momento, a proposta é de nos atermos a um debate voltado para a representação que o partido fazia da sociedade. O lema criado para a agremiação: “Deus, Pátria e Liberdade” já fornece uma idéia dos intrincados valores envolvidos.

. Existe uma certa imbricação - mesmo lidando com representações ou práticas “puramente religiosas ou puramente profanas” - entre a religião e a política. A pretensão do estudo é deixar vir à tona essas imbricações existentes nas relações sociais. Nessa

perspectiva propõe-se a busca da articulação de relações com outra realidade e/ou sistema.

Lefort (1991) aponta para a importância da análise do sentido utilizado para os termos religião e política. Segundo o autor, não podemos correr o risco de nos remetermos a fenômenos culturalmente determinados, partindo da visão de um religioso cristão em detrimento de um religioso em geral. O mesmo acontece com a política ou o político, cuja utilização dos termos fornece um indício de ambiguidade, no qual, “o critério do que é *politique* constitui o critério do que é *non-politique*”.

Para nortear o estudo que pretendemos realizar sobre o Partido Católico goiano utilizaremos do conceito *teo-político*. No dizer de Quadros (2009), é um termo que indica a interdependência do crer com o poder. Tal conceito é a síntese do trânsito do nível religioso como do político na sua ambiguidade. Para o autor essas relações percorrem a história da humanidade ao longo do tempo. Nisso concorda Maffesoli:

A ordem que parece desenhar-se é a de um conjunto de comunidades nem positivas nem unanimistas, mas precárias e submetidas à versatilidade da emoção. Mais do que uma união plena, uma união de projeto, a solidariedade nascente origina-se de uma união na falta, no vazio; comunhão de solidões que, pontualmente, vivem o trágico da fusão, onde, de maneira orgânica, a „pequena morte” e a vitalidade são vividas no dia-a-dia”. (MAFFESOLI: 1997, p. 271).

Isso implica dizer que, segundo Aline Coutrot, as forças religiosas são levadas em consideração como fator de explicação política em numerosos domínios. “O religioso informa em grande medida o político, o político estrutura o religioso” (COUTROT: 1996, p.335).

Para o estudo que envolve religião e política podemos contar com o precioso auxílio da interdisciplinaridade. Tentamos pensar os funcionamentos sociais fora de uma “partição rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades” (CHARTIER: 1991, p.176).

2 – A fundação do partido

A fundação do Partido Católico em Goiás ocorreu no dia 20 de julho de 1890 e teve como porta-voz a *Gazeta Goyana*. Semanário político que foi fundado neste mesmo ano tendo como chefe o Cônego Ignacio Xavier da Silva, intelectual ligado à agremiação conservadora, liderada pela família Fleury-Jardim. A voz de oposição ao partido e à *Gazeta Goiana* foi o *Goyaz-Orgam Democrata*, jornal fundado em 1890 por Félix de Bulhões.

A história do Partido Católico goiano perpassa a gestão de dois bispos frente à Diocese de Goiás: D. Claudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881-1890) e D. Eduardo Duarte Silva (1891-1908). O primeiro foi indicado para senador pelo Estado goiano e o segundo foi um dos idealizadores do movimento para a fundação do partido no Rio de Janeiro.

A reunião para a fundação do partido foi presidida pelo bispo diocesano D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, em 02 de junho. No dia 05 de julho de 1890, o bispo fora transferido para Porto Alegre e, na carta Pastoral de despedida do povo goiano, ele faz um apelo aos católicos no sentido de se unirem em torno do partido; “muito nos alegamos e imensamente nos regozijamos de ver que os fiéis se agrupam e formam o Partido Católico, a fim de virem em defesa dos sagrados direitos da consciência cristã”. (SILVA: 1948, p.312). A fala do bispo nos remete a indagações sobre a representação que se fazia da sociedade naquele momento. Até que ponto havia um agrupamento de fiéis? Com que propósito estariam se unindo? Que acontecimentos levariam o bispo a fazer tal apelo?

3 – Deus, Pátria e Liberdade

O final do século XIX constituiu um tempo de significativas mudanças na sociedade brasileira: a substituição de um governo monárquico pelo regime republicano; a transição do latifúndio escravocrata para o sistema da pequena propriedade e da mão-de-obra livre; um espaço que se abria para a emergência da burguesia, com sua base de sustentação nos centros urbanos. Segundo Azzi (1994), a preocupação fundamental da Igreja estava nesse momento, direcionada no sentido de fortalecer a nova identidade católica. Dentro da perspectiva ultramontana, esta identidade devia ser caracterizada por

uma rígida formação religiosa e moral, cuja influência social seria obtida através da participação dos leigos na política, e para tanto a urgência da fundação de um partido católico. Havia a necessidade de que todos os católicos leigos se submetessem à hierarquia eclesiástica no sentido de combaterem, segundo o pensamento clerical, a “onda de liberalismo” que assolava o país:

O tempo urge. Cumpre que o Partido Católico se organize o quanto antes e marche compacto à conquista das urnas. Temos o número, teremos a união, e com ela a força que tudo suplanta, se, compenetrando-nos dos nossos interesses, do interesse dos nossos filhos, e dos interesses da pátria que tudo sobrepuja, quizermos afirmar o nosso catolicismo, dando *arrhas* do nosso patriotismo. (A CRUZ: n.8,14 abr.1890).

Partindo do princípio de que a religião dos católicos era a religião dos brasileiros - “*Temos o número, teremos a união*” - o chamado para a participação dos leigos para unir forças se justificava no pensamento clerical. Seria a salvação que iria resguardar a sociedade do “*ateísmo social*”. Portanto, era lógico se proclamar um partido guiado pela fé. Segundo Lustosa³ (1982, p. 133), não visavam a uma “religião política, mas a uma política religiosa”. Seria a primazia das causas religiosas no exercício do poder:

Bravo, bravíssimo! O Goyaz rendeu-se e francamente confessa que o povo é religioso! Ora a religião que entre nós felizmente domina é a Catholica, apostólica, romana. (...) Diz o Goyaz que se o povo é religioso todavia percebe em seu bom senso os limites que extremam a esfera da religião da esfera política. Mas perguntamos: o partido catholico que atualmente pleiteia as eleições é um partido puramente político? Quaes os seus fins? (GAZETA GOYANA: 13 set.1890. p. 1).

Para Mainwaring (1989: p.16), a “fé é um fenômeno supra-racional, se proclama pairar sobre todos os outros valores. A Igreja tem início nessa fé, mas, como toda instituição ao desenvolver interesses, então tenta defendê-los”. Essas preocupações facilmente levam à adoção de métodos que são inconsistentes quanto aos objetivos iniciais.

³ Importante a leitura das obras do historiador Oscar Lustosa. O autor discute política e Igreja, através de longa pesquisa sobre o Partido Católico no Brasil.

Os objetivos do Partido foram consolidados na reunião do dia 02 de junho de 1890, e publicado na *Revista A CRUZ*:

- a) reorganizar e consolidar a Pátria pelo regime democrático, em harmonia com a crença religiosa do povo brasileiro;
- b) escolher para deputados, vereadores, governadores etc., homens verdadeiramente católicos;
- c) promover a fundação de diretórios em todas as cidades, vilas e arraiais;
- d) congregar todos os católicos em torno do partido. Posteriormente foi adotado até um lema para a agremiação: “Deus, Pátria e Liberdade”;
- e) lutar pela revogação dos decretos de 7 de janeiro (separação da Igreja) e 24 de janeiro (casamento civil), “monstruosidade edionda”. (*A CRUZ*: n. 15, 30 jul.1890).

Segundo Miguel Arcângelo (1984), o item (a) derivava de um pressuposto da Pastoral Coletiva de 1890 do Episcopado Brasileiro, que clamava pela aplicação na Constituição do princípio democrático da maioria: constituindo os católicos a maioria absoluta da população, a Igreja não poderia ser colocada na mesma linha ou pé de igualdade com os demais credos.

Para Maria Augusta Moraes (1974), a despeito dos bons propósitos de escolher para cargos eletivos apenas “homens verdadeiramente católicos”, contido no item (b), o partido em si não se diferenciava dos demais e muito pouco tinha de “católico” sendo, além disso, partido de oposição, estava fadado à derrota como ocorreu. No item (c) continha outro fator que iria tornar utópica a formação do Partido Católico, era a carência de clero para promover a fundação de clubes em todas as cidades, vilas e arraiais, pois, as 97 paróquias da Diocese havia somente 40 padres. A afirmação da autora no que diz respeito à utopia na formação do partido, pode estar se referindo ao malogro dos propósitos almejados pelo mesmo.

O item d e o item e partem do pressuposto da “unidade e obediência como binômio” da atuação leiga. Seria necessário a criação de um lema que despertasse no

povo o sentimento de luta legitimado pela fé: “*Deus, Pátria e Liberdade*”. Segundo Azzi, a sociedade da época era apresentada como um “grande campo de batalha, onde se degladiavam as forças do bem e os poderes do mal”. Para tanto a melhor maneira de assinalar a força da instituição eclesiástica era a obtenção de uma unidade de pensamento e ação em torno do projeto almejado pela Igreja Católica.

No dizer do autor, quando a Igreja responsabiliza as forças do mal pela revogação dos privilégios da nobreza eclesiástica na época da Revolução Francesa, bem como pela perda dos territórios pontifícios durante a Unificação Italiana, os clérigos ultramontanos imaginaram que a melhor forma de recuperar o poder da hierarquia eclesiástica era introduzir a concepção de Igreja como uma verdadeira estrutura militarizada.

Nessa perspectiva exigia-se uma perfeita sintonia com o pensamento da Santa Sé. Despojada de seu poder autoritário temporal, a Santa Sé, com a colaboração do movimento ultramontano, passou a construir uma nova imagem de Igreja como poder espiritual - “*Deus*” - mantendo ao mesmo tempo características análogas àquelas vigentes no monarquismo absolutista – “*Pátria*”. Dessa orientação surgia uma organização religiosa constituída à moda militar, destinada a combater o poder diabólico. Segundo o autor:

A fim de evitar qualquer questionamento contra essa nítida declaração de poder autoritário por parte da Santa Sé, os teólogos ultramontanos retomaram a concepção medieval de que esse poder era exercido pela graça de Deus, não necessitando prestar conta alguma de suas decisões, consideradas sempre perpassadas pela sacralidade. Como representante do poder divino, afirma Mons. De Segur, o Pontífice Romano tinha a autoridade absoluta, todos deviam obedecer-lhe, pois ele tinha a assistência divina (AZZI: 1994, p. 64).

Entendemos que a busca da “*Liberdade*” sem perca de poder não traz nenhuma novidade no campo complexo do teo-político. O programa político destinado a todos os católicos brasileiros, sobretudo aos leitores do sertão goiano, afirmava não haver mais que dois partidos no Brasil: o dos *governantes* compostos por positivistas, militares, assalariados da ditadura e demais adesistas e o dos *católicos*, os quais eram independentes, separados do Estado, e livres de todo o vínculo oficial. No pensamento dos frades, afirma Azzi, o país estava dividido em dois grupos: de um lado os políticos

opressores da religião católica, “perseguidores, maçons, judeus e renegados da fé cristã; para se contrapor a esses inimigos eram necessários homens de probidade, de consciência imaculada, de progresso real e de fecunda iniciativa”, os quais compunham a chapa do Partido Católico.

Um confronto entre os inimigos da religião e seus amigos. Dentro desta perspectiva, nos dizeres do autor, os frades desqualificavam qualquer ação efetivamente política, transferindo toda a preocupação para a dimensão religiosa: “esqueçamos-nos dos partidos meramente políticos, e unamo-nos para que triunfem, em toda a parte os verdadeiros amigos do Brasil, isto é, os mantenedores da sua fé católica apostólica e romana” (LUSTOSA: 1983, p.48-49). Isso nos remete à imbricada relação do “crer com o poder” contido no conceito teo-político.

Miguel Archângelo afirma que a mudança do regime político, com exceção da liberdade que a Igreja Católica passou a usufruir, não trouxe maiores conseqüências religiosas para Goiás, de modo geral, continuou o bom relacionamento entre os “dois poderes” civil e eclesiástico.

Considerações finais

A criação do Partido Católico goiano está inserido dentro de um contexto regional e nacional que envolve duas grandes e poderosas instituições que são a Igreja e o Estado, articulados dentro de um jogo de interesses, e perda de poder da primeira.

Segundo Lustosa (1982, p. 136), “no Brasil-Império, o partido católico não foi a forma mais feliz e mais lúcida pela qual a Igreja buscou uma presença efetiva no cenário sócio-político nacional”. Para o autor, em Goiás foi ainda mais frágil do que em outros Estados, pois não há referências de grupos expressivos de leigos decididos a assumir a proposta clerical.

O clero depositava inteira confiança na fidelidade dos membros da Igreja. Acreditava que as orientações eclesiásticas não seriam postas em dúvida. Além do que, sustentavam a ideia de um complô para destruir a Igreja Católica. O qual era promovido pela maçonaria e pelo judaísmo com apoio dos liberais e dos positivistas.

A realidade dos fatos mostrava-se bem diferente, o povo contava pouco no regime político da época. Os fiéis buscavam na Igreja, o amparo espiritual - no Estado, o temporal. E na harmonia desse conjunto, a proteção. Como bem ressalta Lustosa:

A linguagem e as atitudes de muitos clérigos pareceram corroborar essa interpretação. O „clericalismo político“, a dominação dos negócios temporais pelos clérigos vinha em um momento inoportuno, quando se fazia comum o pensamento de que a Igreja e Estado – sociedades perfeitas cada uma em sua esfera – deviam marchar em harmonia e compreensão, respeitando a autonomia recíproca. (LUSTOSA: 1982, p. 135).

Para Quadros (2009, p. 9), “tal *horizonte de expectativa* compõe o *umbral da experiência* teo-política”. O malogro do Partido Católico na capital goiana foi considerado por seus adeptos como um incentivo para trabalharem ainda mais em prol dos direitos do cidadão “pela reconstrução da pátria pelos moldes da fé cristã e do patriotismo” (GAZETA GOYANA: 17 out.1890. p. 2). O fracasso do partido é justificado pela:

tardia propaganda em campo já assenhorado por outros, tendo encontrado muitíssimos amigos e firmes adeptos já comprometidos, o Partido Catholico mostrou-se exuberante de vida, aberto às aspirações nobres e grandes que gera o duplo amor da Religião e da Pátria (GAZETA GOYANA: 17 out.1890. p. 2).

Na mesma página do jornal, muitas notas aparecem denunciando além das fraudes nas eleições, as ameaças de demissões, perseguições e o emprego de “armas de que costumam lançar mão aqueles que defendem más causas”.

Em 1891, o antigo jornal do Conego Ignacio Xavier, a *Gazeta Goyana*, passou a denominar-se *Estado de Goiás*, alargando seu programa de acordo com as imposições políticas do momento.

Podemos concluir fazendo referência a Quadros (2009), quando o mesmo trabalha o contexto sócio-político do *padroado*. O autor articula a questão numa linha de pensamento que contrapõe a um setor da historiografia brasileira que vê no padroado somente o controle do Estado sobre a Igreja. Deixando a impressão de que houve apenas uma troca de interesses: “o raciocínio se completa somando a noção de dever”. No que tange a questão, diríamos, um dever *religioso* e *político* impulsionando as duas

partes. Um campo permeado pelo jogo das representações que cada grupo fazia um do outro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo. Paulinas, 1986.

AZZI, Riolando. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994. V. IV.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, SP: Perspectivas, 1998 b.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

COUTROT, Aline. *Religião e política*. In. RÉMOND, René. *Por uma história política*; (org), tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

DURKHEIM, Émile (trad. Paulo Neves). *As formas elementares da vida religiosa (o sistema totêmico na Austrália)*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

JORNAL GAZETA GOYANA. Goyaz, 13, set. 1890

JORNAL GAZETA GOYANA. Goyaz, 17, out. 1890.

LEFORT, Claude. *Pensando o Político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Igreja e política no Brasil: do Partido Católico à LEC (1874-1945)*. São Paulo. Loyola, 1983.

_____. *Política e Igreja: O partido católico no Brasil, mito ou realidade?* São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político*. Rio Grande do Sul: Editora Sulina, 1997.

MARQUES, Leonardo Arantes. *História das Religiões: e a dialética do sagrado*. São Paulo: Madras, 2005.

MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *História de uma Oligarquia: os Bulhões*. Goiânia, Oriente, 1974.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural – 2*. Ed.2. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUADROS, E. *O teo-político na dominação colonial*. **HORIZONTE**. América do Norte, 7, abr 2010. Disponível em: <http://periodicospucminas.br/index.php/horizontearticle/view/7081315>. Acesso em 15 jul.2010.

REVISTA A CRUZ, n. 8, Goyaz, 14 mar. 1890. (microfilme).

REVISTA A CRUZ, n. 15, Goyaz, 30 jul. 1890. (microfilme).

SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. *Missionários Redentoristas alemães em Goiás: uma participação nos movimentos de renovação e de restauração*. São Paulo: 1984. Tese de doutoramento. USP.

SILVA, José Trindade da Fonseca. *Lugares e pessoas (Subsídios eclesiásticos para a história de Goiás)*. 1º v. São Paulo: Escolas Salesianas, 1948.

SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil em Goiás 1860-1920*. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)* Trad. Heloísa Braz de Oliveira Prieto. Editora Brasiliense, 1989.